

Intervenção sobre as Propostas nº 541, 598, 599, 606/2016 - Contratos Programa com as empresas municipais, na Assembleia Municipal de Lisboa de 6 de Dezembro de 2016

Sobre os Contratos Programa com as Empresas Municipais de Lisboa para 2017, “Os Verdes” gostariam de destacar algumas questões.

Estas Empresas Municipais, tanto a EMEL, como a Gebalis e a Lisboa Ocidental SRU, preveem, em princípio, vir a conseguir resultados positivos, de acordo com os seus Planos de Actividades e Orçamentos para 2017.

Proposta nº 541/2016 - Contrato-programa celebrado com a Gebalis

No caso da Gebalis (Empresa de Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa), a Proposta nº 541/2016 prevê, para o período de 2015 a 2018, a realização de um conjunto de reabilitações em edifícios de habitação municipal e fracções devolutas, que totalizam um custo global de 25 milhões €.

O ano passado, a empresa apontava para um resultado positivo de 153 mil € para 2016, estimando-se agora, para 2017, rendimentos e ganhos a rondar os 30 milhões e um resultado líquido, mais contido, na ordem dos 18 mil €.

Entretanto, já o ano passado se anunciara uma candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de 2020, em complemento dos cerca de 40% das receitas da empresa resultantes dos subsídios à exploração provenientes dos contratos-programa rubricados com a CML, pelo que gostaríamos de conhecer o ponto de situação desta candidatura.

Também, sr^a vereadora, no anexo da proposta, são listados os bairros onde a intervenção se encontra prevista e constatamos que, apesar de vir referida a zona da Alta de Lisboa (e deveria usar-se a expressão correcta Alto do Lumiar), não conseguimos identificar se já estão ou não contemplados os degradados edifícios das Ruas Maria Albertina e Maria Margarida, no Bairro da Cruz Vermelha. E, se estão, gostaríamos de saber se foi equacionada a demolição das habitações mais problemáticas, como se fez no Bairro Padre Cruz, qual o custo e o financiamento previstos, e para quando a prometida apresentação do projecto aos moradores.

Proposta nº 598/2016 - Contrato-programa a celebrar com a EGEAC

No caso da EGEAC e da Proposta nº 598/2016, continuamos a destacar um progressivo esvaziamento do pelouro da Cultura, com a transferência de espaços entre a CML e a empresa. Em 2017, a EGEAC, terá sob sua gestão directa 15 equipamentos com actividades permanentes, para além de um conjunto de núcleos museológicos e teatros concessionados, bem como a programação em espaço público.

Ao contrário da apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional efectuada no ano transacto, onde as vendas e prestações não cobriam pelo menos 50% dos gastos

totais, estima-se, para o próximo ano, que tanto os valores dos resultados operacionais, como do resultado líquido, permitam um equilíbrio quase milimétrico das contas.

O Contrato Programa para 2017 será de 10 milhões €, ou seja, mais 1,4 milhões que em 2016. A situação financeira da empresa aponta agora para um resultado nulo, com um orçamento global de 27 milhões €, sendo relevante salientar um aumento de receita de 3,8 milhões €, oriunda, sobretudo, de receitas próprias.

No que diz respeito aos gastos e à diferença na variação entre os orçamentos de 2006/2017, existirão 1,9 milhões €, referente em grande parte aos novos museus, a que se juntam mais de 300 mil € em conservação e reparação, somando ao investimento de 1,2 milhões € que se prevê fazer. E existe um rendimento a mais de cerca de 3,8 milhões €, que advém essencialmente das bilheteiras e, em particular, dos 2,3 milhões € oriundos das entradas no Castelo de São Jorge.

Sabemos que a tendência é de um significativo acréscimo contínuo de visitantes, sobretudo no Castelo de São Jorge, onde se verificou um aumento de quase 70% entre 2013 e 2016. E é aqui que “Os Verdes” gostariam de aproveitar para colocar uma questão relacionada com o estudo em curso da definição de um novo sistema de bilhética.

Constata-se que existe um valor diferenciado no custo do bilhete de acesso para moradores em Lisboa e não residentes. Sabemos que a União Europeia discorda do estabelecimento de diferenciações deste teor. Aliás, a administração da Parques de Sintra - Monte da Lua já está a pensar reverter uma situação similar. Perguntamos: o que está a pensar fazer a EGEAC sobre esta questão?

Questionamos também se está em estudo algum tipo de bilhética integrada para acesso aos vários museus da cidade.

Propostas nº 599/2016 - Contrato-programa a celebrar com a Lisboa Ocidental SRU e **nº 606/2016** - Aditamento ao contrato-programa celebrado com a Lisboa Ocidental SRU

No caso da Lisboa Ocidental SRU, Propostas nº 599 e 606/2016, enquanto para o ano em curso o Contrato Programa previa, inicialmente, a atribuição de uma comparticipação pelo Município de 230 mil €, a que se veio juntar uma verba adicional de 20 milhões € de subsídios à exploração, para 2017 estima-se, na actual minuta de Aditamento ao Contrato Programa, uma comparticipação do Município de perto de 19 milhões €, constituindo essa verba a quase totalidade das receitas da empresa. E enquanto para 2016 se apontava para um lucro de 3 mil €, aguarda-se agora um resultado positivo a rondar os 770 mil €.

O que “Os Verdes” estranham é o facto de a área de intervenção da Lisboa Ocidental SRU continuar a alargar-se a outras zonas da cidade, que não a óbvia e inicial zona ocidental. Inclui, por exemplo, e para além da reabilitação de edifícios municipais e do espaço público, o MUDE bem no coração da capital, o Posto de Segurança

Avançado no Martim Moniz, o antigo teatro Luís de Camões, uma futura biblioteca em Alcântara e intervenções em 6 escolas.

E, independentemente do bom trabalho realizado, por exemplo, no caso da Calçada da Ajuda, “Os Verdes” não acompanham este alargamento do âmbito territorial da SRU Ocidental, pois são dois objectos de intervenção que requerem recursos muitos diferenciados.

Em suma, será que afinal o que executivo pretende é que a SRU se substitua à recém-extinta EPUL para intervenções um pouco por toda a cidade? Então, porque foi extinta a EPUL?

J. L. Sobreira Antunes

Grupo Municipal de “Os Verdes”